



Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A - G E R A L

Barueri, 31 de agosto de 2022

PARECER JURÍDICO

090/2022



De: Procuradoria-geral.
Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação,
Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão de Transportes.
Ref.: PROJETO DE LEI Nº 074/2022.
Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL.

Dispõe sobre:

"ALTERA ARTIGOS DA LEI Nº 2.273, DE 19 DE SETEMBRO DE 2013, QUE INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE BARUERI - COMUTRAN".

Disposições iniciais

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo que tem por fim alterar artigos da Lei nº 2.273, de 19 de setembro de 2013, que institui o Conselho Municipal de Trânsito de Barueri - COMUTRAN.

A natureza jurídica dos Conselhos está ancorada naqueles dispositivos constitucionais que instituem a democracia participativa e asseguram a participação popular na gestão da coisa pública, na formulação e no controle das políticas, na defesa dos direitos humanos e na distribuição e aplicação dos recursos.

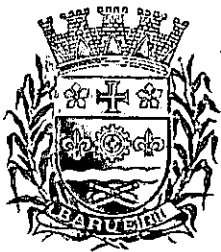
Na Constituição encontram-se presentes mecanismos que institucionalizam o controle social participativo da gestão pública pelos cidadãos e cidadãs. No parágrafo 3º, do artigo 37, a Constituição Federal de 1988 abriu o caminho para a participação popular, nas atividades da Administração. Vejamos:

Fls. Nº 05
Proc. Nº 2018/2022

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

06-SET-2022 14:28 002522 2/2





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA - GERAL

Art. 37. (...)

"§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:."

Portanto, os Conselhos, órgãos públicos que são, de situação peculiar, constituem-se em uma das formas de participação e controle social assegurados pela Constituição e devem ser incentivados, pois são instrumentos disponíveis à sociedade para que possam exercer o seu papel de controle das ações da Administração na busca do bem comum e do interesse público.

Por fim, pretende *"promover alterações na composição dos órgãos públicos e das entidades provadas que integram o COMUTRAN, ora para ajustar a realidade fática-jurídica presente, ora para outorgar maior representatividade em relação aos interessados. (Mensagem 56/22)*

Portanto, o escopo da propositura é aperfeiçoar o Conselho, de modo que os interesse públicos relacionados as políticas públicas inerentes ao trânsito local sejam também melhoradas e asseguradas, cada vez, como mais eficácia.

Da alteração da lei

De acordo com a Lei e Introdução às Normas e Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942), *não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue; e a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. (caput e §1º, o artigo 2º).*

A revogação da lei pode ser parcial ou total, quando for parcial denomina-se derrogação, que é quando apenas parte da lei é extinta, e quando se tratar de revogação total, com a extinção por completo da lei, dá-se o nome de ab-rogação.





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA - GERAL

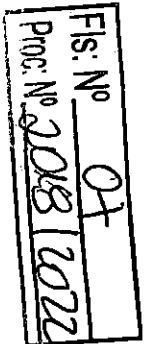
No presente caso, a alteração tem por escopo derrogar expressamente a lei nº 2.273, de 19 de setembro de 2013, isso porque pretende apenas modificá-la, mantendo a sua vigência.

A par disso, para a derrogação da lei, deve-se observar as mesmas regras legislativas necessárias à sua criação, tais como o quórum de aprovação, forma de votação e apreciação pelas mesmas comissões legislativas, de acordo com sua natureza.

Considerações finais

Portanto, referido Projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 12, artigo 13, inciso I, alínea "g", artigo 19, inciso III, alínea "f", todos da LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigos 58, "caput", artigo 60, inciso VI, ambos da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso III e artigo 136, alíneas "a", todos do Regimento Interno - RI), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo observar o processo legislativo a seguir:

- a) Parecer da Comissão de Justiça e Redação (artigo 50, § 1º, do RI);
- b) Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento (artigo 50, § 2º, do RI);
- c) Parecer da Comissão de Transportes (artigo 50, § 5º, do RI);
- d) Discussão única (artigo 47, 'caput', da LOMB e artigo 173, § 2º, do RI);
- e) Quórum: maioria simples dos membros da CMB (artigo 51, da LOMB e artigo 184, § 1º, do RI);
- f) Votação simbólica (artigo 189, inciso I, do RI).





Câmara Municipal de Barueri

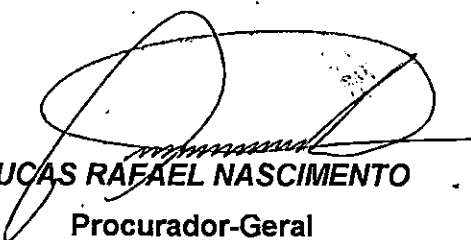
Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA - GERAL

Sugere-se, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.

S.M.J., este é o parecer e o entendimento desta Procuradoria Geral.

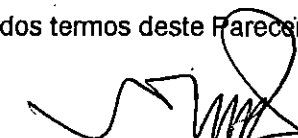


LUCAS RAFAEL NASCIMENTO
Procurador-Geral

OAB/SP nº 264.968

Fis: Nº	08
Proc: Nº	2018/2022

A Secretaria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.



MARCOS PEREIRA DA SILVA
Assessor da secretaria-geral

